

APRESENTAÇÃO

Iniciamos a nova década com a publicação da edição número 58 da *Revista da SEP*. Trata-se de um ano especial, pois, além do novo ciclo, também comemoramos o aniversário de 25 anos da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Em seu primeiro quarto de século, a SEP tem se destacado como locus relevante de discussão da crítica da economia política, notadamente por meio do Encontro Nacional de Economia Política (ENEP) e da *Revista da SEP*. Vale ressaltar as novas iniciativas na difusão do pensamento crítico via “SEP TV – o canal oficial da SEP” (YouTube) e redes sociais (Facebook). Vida longa à SEP!

Abrimos essa apresentação com algumas breves notas da conjuntura global e brasileira. O contexto global é marcado pelo aprofundamento da crise, com novos capítulos na pandemia. Ela vem deixando suas marcas, dentre outros, sobre o aumento da pobreza, da desigualdade, e da precarização do trabalho. Um dos fatos marcantes da geopolítica mundial em 2020 foi a eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos. O resultado das eleições norte-americanas demonstrou a gravidade das tensões não só externas, mas também das internas, provocadas pelo governo Trump. O ápice dessas tensões internas foi a invasão ao Capitólio em janeiro de 2021, com apoio inicial do até então presidente Trump e de grupos de extrema direita, o que pode ser entendido até mesmo como uma tentativa de golpe de Estado. Apesar da sinalização de mudanças na forma de condução de questões da geopolítica global, inclusive na

América Latina, até o momento nada parece mudar em relação aos interesses de dominação imperial.

A boa notícia, ainda no contexto global, é o início da vacinação em massa da população contra o vírus da covid-19. A má notícia, por outro lado, é que o Brasil vem realizando seu plano de imunização de forma lenta e tornou-se, recentemente, o novo epicentro da pandemia. O sistema de saúde está, em muitas regiões, já colapsado e, além disso, tem apresentado falta de insumos básicos para a realização de tratamentos, principalmente em UTIs. Em meio ao caos, nos solidarizamos com a população e agradecemos aos trabalhadores e às trabalhadoras que são prestadores de serviços essenciais, especialmente aos da área da saúde, pela luta diária.

Além do caos sanitário, a economia brasileira vive uma crise sem precedentes. Os recentes dados da taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) indicaram uma retração de -4,1% em 2020. Trata-se de uma das menores taxas de crescimento já registradas na história brasileira. Contudo, tal resultado não é pontual e demonstra que o país tem patinado no crescimento nesta década, principalmente na sua segunda metade. Conforme esperado, a retomada forte da política econômica de cunho neoliberal, marcada principalmente pela austeridade e pela crença da autorregulação dos mercados, só fez aprofundar a recessão, o desemprego, a desigualdade e o processo de desindustrialização.

Os elementos supracitados, somados ao recrudescimento do autoritarismo, são elementos que podem contribuir para a leitura de que a década de 2010 foi uma década mais do que perdida. O ano de 2021 como uma continuação da anterior, com o já citado agravamento da pandemia e seus impactos sobre as atividades econômicas, a renovação do auxílio emergencial com redução substantiva de seu valor, o anúncio da paralisação de atividades ou fechamento de portas de inúmeras empresas, sobretudo de grandes grupos de multinacionais.

O descontentamento com a condução do governo Bolsonaro atingiu, inclusive, setores da elite. Eles já têm se mobilizado em favor de modificações

na política de combate à pandemia do governo Bolsonaro, e o próprio ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou, recentemente, que a vacinação em massa é a melhor política fiscal. Tal descontentamento das elites tem pressionado setores da classe política, especialmente do chamado “centrão”, a realizarem confrontos com Paulo Guedes e Bolsonaro. Porém, tal descontentamento tem pouco amparo nas necessidades da população. No final de março de 2021 o Congresso aprovou o orçamento de 2021, que prevê perdas de recursos para as áreas da saúde, educação, assistência social e meio ambiente. Em meio à profunda crise pela qual o país passa, a prioridade orçamentária, sob a égide do “teto dos gastos”, não se mostra sensível às demandas da maior parte da população. Pelo contrário, junto à elevação das taxas de juros, beneficia justamente as elites.

Tal contexto só aumenta a importância da tão combatida área das ciências sociais, especialmente da crítica da economia política, para as quais o presente número visa contribuir com artigos e resenha.

O texto de Gentil Corazza, intitulado “Marx e o marxismo crítico de Postone”, trata inicialmente do processo de formação da crítica marxiana à economia política, retomando a clássica análise acerca da original articulação entre as suas três “fontes” fundamentais. A partir daí, Corazza analisa a constituição dos “marxismos”, e discute a distinção entre “marxismo vulgar” e “marxismo crítico” na acepção de Postone. Após reconhecer a relevância da interpretação desse autor, segundo a qual a obra de Marx seria votada a desvelar o tempo de trabalho abstrato como principal forma de dominação estrutural sistêmica, sob o capitalismo, ao final do artigo são apresentadas algumas críticas a Postone.

Em “O aumento da taxa de mais-valia como contratendência à queda da taxa de lucro”, Elizeu Araújo trata do debate marxista acerca da lei da queda tendencial da taxa de lucro e suas contratendências, buscando responder a duas questões: se, na acepção marxiana, a lei pressupõe uma taxa de mais-valia constante ou crescente; e se o incremento da taxa de mais-valia em função de uma crescente produtividade do trabalho consiste em uma

das contratendências, ou se a análise destas deve pressupor que a composição orgânica do capital permanece constante.

Além disso, Rubens Sawaya, no texto “Corporação Transnacional e o Estado Nacional: controle por dentro”, analisa a relação entre países centrais e periféricos a partir da relação entre Estado e capital, em particular nas configurações que emergem após a Segunda Guerra Mundial. Conforme argumenta o autor, o processo de transnacionalização do grande capital redefine o lugar ocupado pelos Estados nacionais, à medida em que esse capital estabelece alianças com as frações de classe internas, amoldando o aparelho estatal a partir do modo como se configura tal aliança, o que tende a produzir, nos países periféricos, relações de poder e de controle que se estabelecem por dentro do Estado.

Já o artigo “O igualitarismo em Adam Smith: uma interpretação com base na controvérsia entre reconstrução histórica e reconstrução racional”, de João Batista Pamplona e Caio Diniz Alves, discute recentes interpretações da obra de Smith que o tomam como um igualitarista. Ao identificar “traços igualitaristas” no pensamento do economista clássico, os autores concluem que se trata de um igualitarismo normativo, de natureza moral.

No artigo “Manoel Bomfim e a crítica ao imperialismo no início do século XX”, Vinícius Vieira Pereira destaca a relevância e a originalidade do pensamento crítico desse intelectual brasileiro da época da Primeira República, e estabelece nexos entre as análises de Manoel Bomfim sobre a forma de inserção da América Latina e, principalmente, do Brasil no mercado mundial e algumas teses clássicas sobre o imperialismo.

Por fim, o artigo “Crédito consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro”, de Vinícius Brandão, analisa a evolução e os efeitos da expansão do crédito consignado, sobretudo no período que corresponde às gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Conclui-se que nos anos 2000 essa política estimulou a expansão do consumo das famílias, com impacto positivo no crescimento da economia brasileira, mas que no período

subsequente serviu principalmente para refrear a deterioração da capacidade de consumo dessas famílias, reforçando um processo de crescente endividamento.

Este número da Revista da SEP também traz a resenha, de autoria de Marcelo Mello Filho, do livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*, organizado por Alexandre Ottoni T. Salles, Huáscar Fialho Pessali e Ramón Garcia Fernández.

Aproveitamos a oportunidade para lamentar a partida em janeiro de 2021 do professor Mario Duayer, professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma das inúmeras vítimas da covid-19 em nosso país. Mario Duayer trouxe incontáveis contribuições intelectuais para a crítica da economia política. Sua última contribuição para a *Revista da SEP* ocorreu no número 57 (set-dez 2020), em coautoria com o professor Paulo Henrique Furtado de Araujo, em artigo intitulado ‘Valor como mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone’.

Para a realização desse número registramos nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que mais uma vez contribuiu com apoio financeiro para a realização da presente edição da *Revista da SEP*, como subproduto do nosso XXV Encontro Nacional de Economia Política, que também contou com apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que, a despeito de seu caráter virtual e das circunstâncias adversas, foi bem exitoso.

Abril de 2021,

Os/as Editores/as